

## **Comércio Interestadual no Brasil e Nordeste: Uma Análise do Perfil no Período de 2017 a 2020**

### **Autores:**

Airton Saboya Valente Junior. Doutor em Desenvolvimento Local e Territorial, Universidad de Valencia. Economista do Banco do Nordeste, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE. E-mail: airtonjr@bnb.gov.br

Wendell Márcio Araújo Carneiro. Doutor em Geografia, Universidade Estadual do Ceará. Economista do Banco do Nordeste, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE. E-mail: wendellmac@bnb.gov.br

**Resumo:** As relações comerciais interestaduais brasileiras são analisadas no período de 2017 a 2020, no intuito de apresentar um panorama sobre o comércio interestadual brasileiro nos últimos anos. O artigo objetiva quantificar e analisar as relações comerciais entre os estados e regiões do Brasil, com destaque para a Região Nordeste. Elaborou-se uma revisão bibliográfica e levantamento junto às bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca de dados econômicos e sociais, bem como junto aos dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) acerca do comércio interestadual. Os resultados obtidos atestam que permanece a concentração produtiva em um pequeno número de Estados, especificamente as Unidades Federativas do Sudeste e Sul. O Centro-Oeste tem se destacado como território emergente, enquanto Norte e Nordeste apresentam menor participação na produção e por consequência no comércio interestadual do País. No que tange ao balanço de compras e vendas, apenas nove estados obtiveram *superávit* no acumulado de 2017 a 2020, a saber: São Paulo, Santa Catarina, Amazonas, Paraná, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Goiás e Pernambuco. Portanto, a maioria dos Estados brasileiros segue dependente de compras de outras Unidades Federativas, revelando a necessidade de fortalecer as políticas regionais de desenvolvimento, bem como as cadeias produtivas locais.

**Palavras-chave:** Comércio Interestadual, Desenvolvimento Regional, Nordeste.

### **Interstate Trade in Brazil and The Northeast: An Analysis of the Profile from 2017 to 2020**

**Abstract:** Brazilian interstate trade relations are analyzed from 2017 to 2020, with the aim of presenting an overview of Brazilian interstate trade in recent years. The article aims to quantify and analyze trade relations between the states and regions of Brazil, with emphasis on the Northeast Region. A bibliographical review and survey were carried out with the databases of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) about economic and social data, as well as with the data made available by the National Council of Finance Policy (CONFAZ) about interstate commerce. The results obtained attest that the productive concentration remains in a small number of States, specifically the Federative Units of the Southeast and South. The Midwest has stood out as an emerging territory, while the North and Northeast have a smaller share in production and, consequently, in interstate trade in the country. With regard to the balance of purchases and sales, only nine states had a surplus in the accumulated from 2017 to 2020, namely: São Paulo, Santa Catarina, Amazonas, Paraná, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Goiás and Pernambuco. Therefore, most Brazilian states remain dependent on purchases from other Federative Units, revealing the need to strengthen regional development policies, as well as local production chains.

**Keywords:** Interstate Commerce, Regional Development, Northeast Region.

## 1 INTRODUÇÃO

Os países de porte continental, com populações expressivas e economias de grande porte, a exemplo de Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos e Rússia, possuem atualmente volume de comércio interno superior quando comparado com o comércio exterior. O comércio interno diz respeito às trocas comerciais entre as unidades federativas de um mesmo país, enquanto o comércio exterior ocorre entre diferentes países. Tendo em vista referida característica, é possível concluir que o comércio por vias internas representa um importante componente para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento nacionais.

De acordo com Perobelli *et al.* (2008), a importância do comércio interno está embasada em quatro aspectos fundamentais, a saber: (i) menores alcances geográficos, ou seja, as distâncias entre as unidades federativas de uma nação são em geral inferiores em comparação com a extensão entre países; (ii) considerando que o comércio por vias internas é realizado utilizando-se a mesma moeda, os custos de transação são menores em comparação com os negócios internacionais; (iii) a integração do mercado de capitais e do sistema financeiro pode funcionar como um facilitador do comércio interno; (iv) as barreiras tarifárias tendem a ser de menor valor monetário e as barreiras não tarifárias são, em geral, de menor complexidade no comércio interno, em contraposição com o comércio externo.

As regiões e os países desenvolvidos possuem relevante participação comercial, tanto nas trocas internas quanto nas externas. Assim, as regiões mais prósperas tendem a obter *superávits* em seus intercâmbios comerciais, enquanto as regiões de menor desenvolvimento apresentam *déficits*.

Considerando o caso brasileiro, Nasser (2000) assinala que a evolução dos indicadores de desigualdade traduz-se em dificuldades para o crescimento econômico e interfere no desempenho da economia. Mesmo com a relativa estabilidade macroeconômica verificada nos últimos anos, as profundas desigualdades regionais continuam sendo entraves para o desenvolvimento econômico do Brasil.

No presente artigo, as relações comerciais interestaduais brasileiras são analisadas no período de 2017 a 2022, no intuito de apresentar um panorama sobre o comércio interno brasileiro nos últimos anos. Referido trabalho objetiva quantificar e analisar as relações comerciais entre os estados e regiões do Brasil, além de indicar as causas da atual configuração das relações comerciais intra estaduais, com destaque para a Região Nordeste. Para tal tarefa, fez-se uma revisão da literatura

sobre o tema e um levantamento acerca de dados econômicos e sociais nas bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como sobre o comércio interestadual, nas bases do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Além dessa introdução, o artigo contém uma sucinta revisão de literatura sobre o comércio interestadual brasileiro (item 2), acompanhada de um panorama da distribuição da riqueza, sintetizada pelo Produto interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*, além da população no território do País (item 3). Analisa-se, então, o comércio inter-regional e interestadual do Brasil (item 4), o comércio interestadual dos Estados do Nordeste (item 5) e finaliza-se com algumas considerações.

## **2 A LITERATURA SOBRE O COMÉRCIO INTERESTADUAL BRASILEIRO**

O comércio interestadual e inter-regional brasileiro foi analisado, dentre outros autores, por Galvão (1993), Castro, Carris e Rodrigues (1999), Perobelli, Haddad e Domingues (2006), Vasconcelos e Oliveira (2006), Almeida e Silva (2007), Magalhães e Domingues (2007), Perobelli *et al.* (2008) e Evangelista *et al.* (2015).

Uma apreciação do comércio inter-regional e intra-regional para diferentes anos foi realizada por Galvão (1993). O autor constatou que, na década de 1940 e início dos anos de 1950, o comércio inter-regional brasileiro ainda era incipiente e o comércio internacional superava o comércio interno.

A partir da década de 1960 verificou-se expansão do grau de abertura das economias regionais, a exemplo do Nordeste, quando aproximadamente um terço das exportações eram destinadas a suprir o mercado interno e metade de suas importações eram oriundas de outras regiões de maior desenvolvimento econômico. O autor demonstrou que a integração comercial entre as regiões ocorreu de forma heterogênea, característica reafirmada por outros pesquisadores.

De forma semelhante, Castro, Carris e Rodrigues (1999) concluíram que, em 1985, a distribuição do comércio nacional se apresentava espacialmente centralizada devido às estruturas mais industrializadas. Assim, Sudeste e Sul concentravam a maior parte das relações comerciais do País.

Posteriormente, Perobelli, Haddad e Domingues (2006) enfatizaram que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste constituíam regiões caracterizadas por elevada dependência do Sudeste e Sul. Em contrapartida, estas duas últimas possuíam elevada interdependência regional e uma embrionária vinculação em relação às demais regiões brasileiras.

Paralelamente, Vasconcelos e Oliveira (2006) elaboraram uma apreciação descritiva da pauta de exportações por atividade econômica, tendo por base o ano de 1999, para as Unidades da Federação. Concluíram que existe uma elevada participação das transações do estado de São Paulo

com a própria região Sudeste e o Sul (66,0%), em detrimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (34% do total), confirmando a desigualdade econômica e territorial no Brasil.

Por sua vez, Almeida e Silva (2007) verificaram que, os Estados brasileiros ainda se mostram pouco integrados entre si e ao comércio internacional. Além disso, os problemas de desigualdades produtivas e de renda no País, aliados às carências de infraestrutura física e de transporte entre os estados brasileiros contribuem de forma significativa para uma incipiente integração comercial.

Uma análise das estruturas regionais brasileiras em termos de renda e diversificação, apresentando-se relacionadas com os fluxos de comércio entre os Estados, foi proporcionada por Magalhães e Domingues (2007). Complementarmente, os pesquisadores afirmaram que a distância reduz as trocas comerciais, ao passo que a proximidade e a presença em uma mesma macrorregião tendem a incrementar as trocas comerciais. Importante ressaltar que as interações inter-regionais são importantes ao desenvolvimento de um território. Os resultados desse trabalho indicam que as estruturas produtivas regionais no Brasil, em termos de sua renda e diversificação, estão relacionadas com os fluxos de comércio entre os Estados. Somam-se a estes fatores determinantes geográficos e de infraestrutura, como rodovias.

Adicionalmente, Perobelli *et al.* (2008) verificaram que a maioria dos estados brasileiros apresentou uma redução em seus níveis de dependência, tanto intra quanto inter-setoriais, com relação ao restante do País. No entanto, tais alterações não se mostraram significativas ao ponto de alterar a estrutura econômica e espacialmente concentrada existente.

Em relação ao Nordeste, Evangelista *et al.* (2015) analisaram o balanço das compras e vendas de insumos intermediários por parte dos estados do Nordeste em 2009. Os estudos foram elaborados a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-produto do Nordeste e Estados. Saldos comerciais positivos foram observados em relação a Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, enquanto Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia registraram saldos comerciais negativos no ano em referência.

Vidal *et al.* (2021) analisaram a balança comercial inter-regional e inter estadual do Nordeste. Utilizando dados do CONFAZ para 2020, os autores demonstraram que, naquele ano, o Nordeste registrou *déficit* comercial em relação ao Norte, ao Centro-Oeste e, especialmente, em comparação às regiões Sul e Sudeste.

Especificamente em relação ao Sul, Lourenço e Santos (2020), estudando os fluxos de comércio interestaduais para o país, mediante a observação das relações comerciais com uso da matriz insumo-produto para os anos de 2008 e 2011, identificaram que esta Região apresenta forte interdependência comercial com o Sudeste, formando o principal eixo econômico do País.

Finalmente, Vasconcelos e Oliveira (2006), ao analisar a pauta de exportações (vias internas) por atividade econômica, em 1999, para as unidades da Federação, salientaram que a Região Sul possui como principal destino de suas exportações interestaduais, em primeiro lugar, o estado de São Paulo, que responde por parcela significativa dessas compras e, em segundo lugar, os próprios estados da Região, ou seja, apresenta forte comércio intra-regional.

Portanto, Os estudos citados anteriormente confirmam a importância do comércio por vias internas no Brasil, persistindo, contudo, as desigualdades entre Estados e regiões. O próximo capítulo discorre sobre a distribuição espacial da riqueza no País.

### **3 DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NO BRASIL**

O Brasil apresenta, historicamente, distribuição de renda altamente centralizada em determinados grupos sociais (BARROS, FOGUEL; ULYSSEA, 2006). Esta disparidade também se verifica em nível territorial, onde a concentração da riqueza nacional ocorre mais fortemente no Sudeste do País. Referida Região absorveu 51,9% de toda a riqueza gerada nacionalmente em 2020, considerando-se o Produto Interno Bruto (PIB). O Sul representou 17,2% da riqueza nacional, o Nordeste, 14,2%, o Centro-Oeste, 10,4% e o Norte, 6,3%. Portanto, Sudeste e Sul, em conjunto, responderam por 69,1% do PIB nacional em 2020, enquanto Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficaram, em conjunto, com 30,9% (Tabela 1).

Apesar de ser a terceira maior economia regional, o Nordeste possui o menor valor em termos de PIB *per capita* entre as regiões geográficas, representando pouco mais da metade do valor nacional, ou R\$ 18,8 mil (52,3%). Outra região que apresenta PIB *per capita* inferior ao valor nacional é o Norte, com R\$ 25,6 mil ou 71,3%. As demais regiões se encontram em posição mais favorável comparativamente à média nacional, com melhor desempenho para o Centro-Oeste, cujo PIB *per capita* alcançou R\$ 47,9 mil, ou 33,4% acima da média nacional em 2020.

Enquanto o Centro-Oeste apresenta estes resultados, de certa forma em virtude da influência do Distrito Federal, que possui o maior PIB *per capita* dentre as unidades da federação, o Nordeste sofre interferência do quadro socioeconômico apresentado pelos estados que o compõem, tendo em vista apresentar alguns dos menores indicadores sociais e econômicos em termos nacionais.

A Região Sul se destaca por apresentar o segundo maior PIB entre as regiões brasileiras e PIB *per capita* superior à média nacional. Isto é reflexo do melhor nível de desenvolvimento alcançado por esta Região, seu dinamismo econômico e matriz produtiva diversificada. Os três estados que compõem a região se apresentam equilibrados nestes quesitos.

O Sudeste segue com o maior PIB dentre as regiões do País, com 51,9%, população, 42,0% do total nacional, e segundo maior PIB per capita, R\$ 44,4 mil. Os dados se referem a 2020, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Informações econômicas e demográficas do Brasil e Regiões em 2020 <sup>(1)</sup>

<b>Brasil e Regiões</b>	<b>PIB (R\$ Mil)</b>	<b>%</b>	<b>População (Mil)</b>	<b>%</b>	<b>PIB per capita (R\$)</b>	<b>%</b>
<b>Brasil</b>	<b>7.609.597.000</b>	<b>100,0</b>	<b>211.755</b>	<b>100,0</b>	<b>35.935,86</b>	<b>100,0</b>
Norte	478.173.049	6,3	18.672	8,8	25.609,10	71,3
Nordeste	1.079.331.031	14,2	57.374	27,1	18.812,20	52,3
Centro-Oeste	791.250.736	10,4	16.297	7,8	47.942,97	133,4
Sudeste	3.952.694.729	51,9	89.012	42,0	44.406,31	123,6
Sul	1.308.147.455	17,2	30.192	14,3	42.437,47	120,6

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE (2022). Nota: (1) Valores a preços correntes.

Vale enfatizar que a desigualdade econômica em termos de território persiste no Brasil há décadas. De acordo com o basilar trabalho de Albuquerque (2011), o Sudeste detinha 62,9% do PIB nacional em 1940, tendo a desconcentração ocorrido de forma suave ao longo dos últimos 80 anos. Em que pese o crescimento econômico obtido pelas demais regiões, o Nordeste, a exemplo do Sul, não conseguiu ultrapassar o patamar de 20,0% do PIB nacional nesse período. O Centro-Oeste não atingiu 15,0% de participação no produto do País, enquanto a participação do Norte segue abaixo de 10,0% (Tabela 2).

Tabela 2 - PIB do Brasil e Regiões em anos selecionados <sup>(1)</sup>

<b>Ano/Região</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Brasil</b>
<b>1940</b>	2.062	11.313	42.540	10.521	1.509	<b>67.621</b>
<b>%</b>	3,1	16,7	62,9	15,6	2,2	<b>100,0</b>
<b>1950</b>	2.560	17.564	78.603	19.539	2.821	<b>119.909</b>
<b>%</b>	2,1	14,6	65,5	16,3	2,3	<b>100,00</b>
<b>1960</b>	6.581	36.133	153.431	43.447	6.293	<b>244.463</b>
<b>%</b>	2,7	14,8	62,8	17,8	2,6	<b>100,00</b>
<b>1970</b>	10.272	52.077	291.609	74.342	17.895	<b>444.873</b>
<b>%</b>	2,3	11,7	65,5	16,7	4,0	<b>100,00</b>
<b>1980</b>	34.109	121.701	634.378	172.745	54.743	<b>1.017.676</b>
<b>%</b>	3,3	12,0	62,3	17,0	5,4	<b>100,00</b>
<b>1991</b>	56.647	160.723	705.645	205.656	73.347	<b>1.202.017</b>
<b>%</b>	4,7	13,4	58,7	17,1	6,1	<b>100,00</b>
<b>2000</b>	69.973	199.124	879.189	267.371	105.744	<b>1.521.400</b>
<b>%</b>	4,6	13,1	57,8	17,6	6,9	<b>100,00</b>
<b>2010</b>	108.489	282.473	1.219.229	359.648	191.645	<b>2.161.485</b>
<b>%</b>	5,0	13,1	56,4	16,6	8,9	<b>100,00</b>
<b>2020</b>	478.173	1.079.331	3.952.695	1.308.147	791.250	<b>7.609.597</b>
<b>%</b>	6,3	14,2	51,9	17,2	10,4	<b>100,00</b>

Fontes: Elaborado pelos autores com dados de Albuquerque (2011) e IBGE (2022).

Nota: (1) PIB de 1940 a 2010 estimado por Albuquerque (2011), com base na paridade do poder de compra de 2009, em milhões. PIB de 2020 calculado pelo IBGE, a preços correntes, em R\$ milhões.

Quanto à distribuição da população, o Sudeste mantém-se com participação acima de 40,0% desde 1940. O Nordeste reduziu sua importância ao longo do período estudado, tendo ficado com 27,1% da população nacional em 2020, ante 35,0% em 1940. A participação da população do Sul cresceu no período 1940-1970, tendo declinado ligeiramente nas décadas seguintes. As populações do Norte e do Centro-Oeste aumentaram a taxas elevadas, embora as respectivas participações continuem abaixo de 10,0%, cada (Tabela 3). O cenário demográfico do País tem se caracterizado por redução na taxa de natalidade em todas as regiões e por fluxos migratórios inter-regionais.

Tabela 3 - População do Brasil e Regiões em anos selecionados - Mil habitantes

Ano/Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
<b>1940</b>	1.609	14.434	18.346	5.735	1.112	<b>41.236</b>
%	3,9	35,0	44,5	13,9	2,7	<b>100,00</b>
<b>1950</b>	2.060	17.973	22.548	7.841	1.522	<b>51.944</b>
%	4,0	34,6	43,4	15,1	2,9	<b>100,00</b>
<b>1960</b>	2.901	22.182	30.631	11.753	2.604	<b>70.070</b>
%	4,1	31,7	43,7	16,8	3,7	<b>100,00</b>
<b>1970</b>	4.125	28.112	39.853	16.496	4.552	<b>93.139</b>
%	4,4	30,2	42,8	17,7	4,9	<b>100,00</b>
<b>1980</b>	6.595	34.684	51.543	18.961	6.144	<b>117.925</b>
%	5,6	29,4	43,7	16,1	5,2	<b>100,00</b>
<b>1991</b>	10.186	43.154	63.710	22.471	9.573	<b>149.094</b>
%	6,8	28,9	42,7	15,1	6,4	<b>100,00</b>
<b>2000</b>	13.013	48.158	73.044	25.327	11.738	<b>171.280</b>
%	7,6	28,1	42,6	14,8	6,8	<b>100,00</b>
<b>2010</b>	15.865	53.076	80.350	27.384	14.058	<b>190.733</b>
%	8,3	27,8	42,1	14,4	7,4	<b>100,00</b>
<b>2019</b>	18.431	57.072	88.371	29.976	16.297	<b>210.147</b>
%	8,8	27,2	42,1	14,3	7,8	<b>100,00</b>
<b>2020</b>	18.672	57.374	89.012	30.192	16.504	<b>211.755</b>
%	8,8	27,1	42,0	14,2	7,8	<b>100,00</b>

Fontes: Elaborado pelos autores com dados de Albuquerque (2011) e IBGE (2022).

O PIB *per capita* do Sudeste manteve-se acima da média nacional, embora tenha ocorrido um declínio relativo, 23,6% acima da média nacional em 2020, ante 41,4% acima da média nacional em 1940. O indicador do Sul manteve-se acima da média nacional, tendo incrementado para 20,6% acima da média nacional em 2020 em contraste com 11,8% acima da média nacional em 1940 (Tabela 5).

O PIB *per capita* do Norte conservou-se abaixo da média nacional e declinou para 71,3% em 2020 ante 78,2% em 1940. O indicador do Nordeste mantém-se abaixo da média nacional, mas

aumentou para 52,3% em 2020, contrastando com 47,8% em 1940. O Centro-Oeste obteve o maior incremento, 33,4% acima da média nacional em 2020, ante 82,7% abaixo da média nacional em 1940 (Tabela 4).

Tabela 4 - PIB per capita do Brasil e Regiões em anos selecionados - 1940 a 2020 <sup>(1)</sup>

<b>Ano/Região/País</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Brasil</b>
<b>1940</b>	1.282	784	2.319	1.834	1.357	<b>1.640</b>
<b>%</b>	78,2	47,8	141,4	111,8	82,7	<b>100,0</b>
<b>1950</b>	1.243	977	3.486	2.492	1.854	<b>2.308</b>
<b>%</b>	53,9	42,3	151,0	108,0	80,3	<b>100,0</b>
<b>1960</b>	2.269	1.629	5.009	3.697	2.417	<b>3.489</b>
<b>%</b>	65,0	46,7	143,6	106,0	69,3	<b>100,0</b>
<b>1970</b>	2.490	1.852	7.317	4.507	3.931	<b>4.776</b>
<b>%</b>	52,1	38,8	153,2	94,4	82,3	<b>100,0</b>
<b>1980</b>	5.172	3.509	12.308	9.111	8.911	<b>8.583</b>
<b>%</b>	60,3	40,9	143,4	106,1	103,8	<b>100,0</b>
<b>1991</b>	5.561	3.724	11.076	9.152	7.662	<b>8.062</b>
<b>%</b>	69,0	46,2	137,4	113,5	95,0	<b>100,0</b>
<b>2000</b>	5.377	4.135	12.036	10.557	9.009	<b>8.883</b>
<b>%</b>	60,5	46,5	135,5	118,8	101,4	<b>100,0</b>
<b>2010</b>	6.952	5.339	15.071	13.071	14.150	<b>11.333</b>
<b>%</b>	61,3	47,1	133,0	115,3	124,9	<b>100,0</b>
<b>2019</b>	22.811	18.359	44.330	42.437	44.876	<b>35.162</b>
<b>%</b>	64,9	52,2	126,1	120,7	127,6	<b>100,0</b>
<b>2020</b>	25.609	18.812	44.406	43.327	47.942	<b>35.935</b>
<b>%</b>	71,3	52,3	123,6	120,6	133,4	<b>100,0</b>

Fontes: Elaborado pelos autores com dados de Albuquerque (2011) e IBGE (2022). Nota (1): PIB *per capita* de 1940 a 2010 estimado por Albuquerque (2011), com base na paridade do poder de compra de 2009, em milhões. PIB *per capita* de 2019 calculado pelo IBGE, R\$ a preços correntes.

Segundo Diniz (2001), a transição do padrão econômico de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, que ocorreu a partir da metade do Século XX, promoveu uma forte centralização econômica nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

De fato, o Brasil vivenciou entre as décadas de 1940 a 1980, o chamado “período do desenvolvimentismo”, ocasião em que a economia do País cresceu a uma taxa anual média de 7,0% ao ano. As regiões do País incrementaram suas respectivas economias de forma expressiva nesse período, tendo o Centro-Oeste, Norte e Sul crescido acima da média nacional (Tabela 5).

Referido desempenho foi embasado em políticas públicas que implementaram um processo de industrialização, resultando em vigorosa expansão urbana e dinamismo econômico (BACELAR; NETO, 2014).



Na década de 1980, em meio a um contexto econômico internacional adverso, o processo de desenvolvimento econômico foi afetado tendo em vista a crise da dívida externa. Paralelamente, verificou-se a adoção de políticas econômicas neoliberais, com a implementação de uma abertura comercial da economia brasileira, privatização de bens, serviços e empresas estatais, impactando negativamente no desenvolvimento do País, de acordo com Bacelar e Neto (2014).

Assim, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de apenas 2,0% de 1980 a 2000. O desempenho econômico das regiões também declinou comparado com as décadas anteriores, embora Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul conseguiram crescer acima da média nacional. Apenas o Sudeste não alcançou esse desempenho (Tabela 5).

Tabela 5 - Taxa de crescimento (%) do PIB do Brasil e Regiões em períodos selecionados

<b>Brasil e Região</b>	<b>1940-1980</b>	<b>1980-2000</b>	<b>2000-2010</b>	<b>2010-2020</b>
Brasil	7,0	2,0	3,6	<b>0,9</b>
Norte	7,3	3,7	4,7	<b>2,0</b>
Nordeste	6,1	2,5	3,6	<b>0,6</b>
Sudeste	7,0	1,6	3,2	<b>0,7</b>
Sul	7,2	2,2	3,0	<b>0,9</b>
Centro-Oeste	9,4	3,3	6,5	<b>1,7</b>

Fonte: Elaborados pelos autores, com dados de Albuquerque (2011) e IBGE (2022).

Na primeira década do século XXI, no entanto, o cenário da economia brasileira passou por uma transformação, ocorrendo uma retomada do crescimento econômico, acompanhado por um processo significativo de inclusão social. Este novo padrão foi beneficiado, dentre outros fatores, pelo favorável cenário econômico internacional.

Paralelamente, verificou-se uma reorientação do padrão de dinamismo da economia brasileira para seu mercado interno. Dentre as políticas implementadas, cabe destacar os aumentos reais do salário mínimo; os programas de transferência de renda; a expansão do crédito, especialmente estimulada pelos bancos estatais; o incremento dos investimentos públicos; além da valorização do Pronaf, dentre outras iniciativas (BACELAR; NETO, 2014).

A média anual de crescimento do PIB do País foi de 3,6% de 2000 a 2010. Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentaram desempenhos mais expressivos dentre as regiões do País, enquanto as regiões Sul e Sudeste registraram médias de crescimento inferiores à nacional (Tabela 6).

Por outro lado, as sucessivas crises econômicas iniciadas em 2015, seguida pela retração do papel do Estado, com a contração do orçamento e investimentos públicos, impactaram fortemente no desempenho da economia do Brasil. Assim é que o PIB do País e a Região Sul aumentou apenas 0,9% em termos médios anuais no período de 2010 a 2020. Somente Norte e Centro-Oeste mantiveram

incrementos do PIB acima da média nacional, embora em níveis modestos, enquanto Nordeste e Sudeste apresentam desempenhos abaixo da média do País (Tabela 6).

O próximo capítulo apresenta um panorama do comércio interestadual do Brasil no período de 2017 a 2020, com base nos dados elaborados pelo CONFAZ.

#### 4 O COMÉRCIO INTERESTADUAL NO BRASIL

A distribuição da riqueza no País é refletida no nível de transações comerciais que ocorre entre as regiões e estados brasileiros, com forte concentração nos volumes de compra e venda na Região Sudeste (49,7% das vendas e 46,7% das compras), quando se consideram os valores acumulados do comércio interestadual de 2017 a 2020. Segue, com expressiva diferença, o Sul, com 22,9% das vendas e 20,3% das compras no mesmo período; o Nordeste, com 11,4% das vendas e 15,6% das compras; o Centro-Oeste, com 9,9% das vendas e 11,3% das compras; e o Norte, com 6,2% das vendas e 6,1% das compras, conforme detalhado na Tabela 6.

Tabela 6 - Saldo de compras e vendas do comércio interestadual, acumulado 2017-2020

Valores em R\$ bilhões a preços correntes

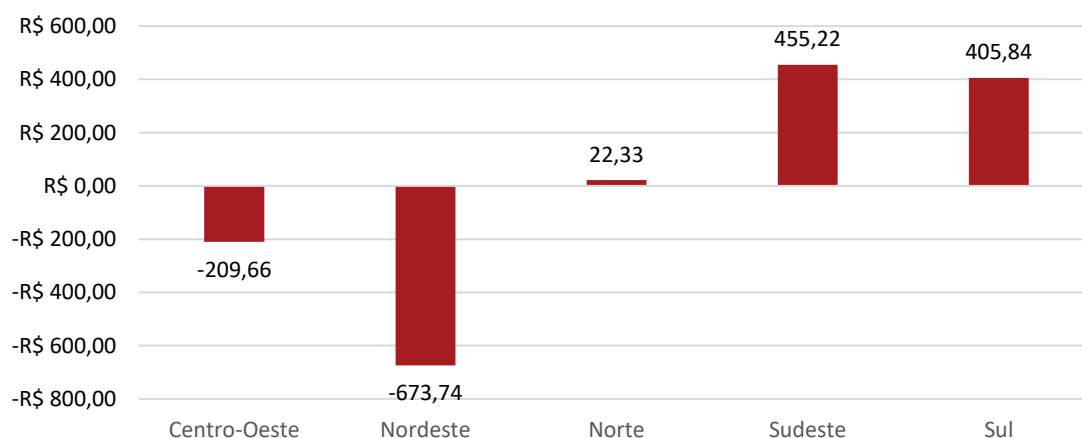
<b>Brasil, Regiões e UF</b>	<b>Vendas (A)</b>	<b>% BR</b>	<b>Compras (B)</b>	<b>% BR</b>	<b>Saldo (A-B)</b>
<b>Brasil</b>	<b>15.834,7</b>	<b>100,0</b>	<b>15.834,7</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Norte</b>	<b>981,8</b>	<b>6,2</b>	<b>959,5</b>	<b>6,1</b>	<b>22,3</b>
Amazonas	548,4	3,5	253,2	1,6	295,2
Rondônia	122,8	0,8	134,6	0,9	-11,8
Amapá	15,3	0,1	34,8	0,2	-19,5
Acre	7,3	0,0	30,3	0,2	-22,9
Roraima	2,6	0,0	29,7	0,2	-27,1
Tocantins	84,0	0,5	130,4	0,8	-46,4
Pará	201,3	1,3	346,4	2,2	-145,1
<b>Nordeste</b>	<b>1.803,2</b>	<b>11,4</b>	<b>2.476,9</b>	<b>15,6</b>	<b>-673,7</b>
Pernambuco	544,6	3,4	539,6	3,4	5,0
Alagoas	73,9	0,5	119,5	0,8	-45,6
Sergipe	58,2	0,4	109,2	0,7	-51,0
Paraíba	114,0	0,7	187,7	1,2	-73,7
Rio Grande do Norte	80,3	0,5	161,8	1,0	-81,5
Maranhão	159,8	1,0	244,5	1,5	-84,7
Piauí	53,0	0,3	139,3	0,9	-86,4
Bahia	513,1	3,2	624,6	3,9	-111,5
Ceará	206,3	1,3	350,6	2,2	-144,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.572,1</b>	<b>9,9</b>	<b>1.781,8</b>	<b>11,3</b>	<b>-209,7</b>
Mato Grosso do Sul	368,9	2,3	310,9	2,0	58,0
Goiás	670,2	4,2	664,4	4,2	5,8
Mato Grosso	341,8	2,2	432,6	2,7	-90,9

<b>Brasil, Regiões e UF</b>	<b>Vendas (A)</b>	<b>% BR</b>	<b>Compras (B)</b>	<b>% BR</b>	<b>Saldo (A-B)</b>
Distrito Federal	191,2	1,2	373,9	2,4	-182,6
<b>Sudeste</b>	<b>7.845,5</b>	<b>49,7</b>	<b>7.390,3</b>	<b>46,7</b>	<b>455,2</b>
São Paulo	4.529,7	28,7	3.803,0	24,0	726,7
Espírito Santo	558,2	3,5	525,5	3,3	32,6
Minas Gerais	1.553,5	9,9	1.609,5	10,2	-56,0
Rio de Janeiro	1.204,1	7,6	1.452,3	9,2	-248,2
<b>Sul</b>	<b>3.632,0</b>	<b>22,9</b>	<b>3.226,1</b>	<b>20,3</b>	<b>405,8</b>
Santa Catarina	1.355,5	8,6	1.043,4	6,6	312,1
Paraná	1.368,4	8,6	1.288,9	8,1	79,5
Rio Grande do Sul	908,1	5,7	893,8	5,6	14,3

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), 2017-2020.

Verifica-se ainda que o Centro-Oeste e, principalmente, o Nordeste são dependentes das demais regiões em termos de aquisição de bens e serviços, tendo as duas regiões registrados déficits comerciais no período em análise (Gráfico 1). Norte, Sul e Sudeste apresentam *superávits* em suas respectivas balanças comerciais.

Gráfico 1 - Saldo da balança comercial interestadual por região, acumulado 2017-2020, em R\$ bilhões <sup>(1)</sup>



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), 2017-2020. Nota: (1) Valores a preços correntes.

É importante ressaltar que se verificaram deteriorações das relações de trocas comerciais das regiões Norte e Nordeste em 2020, em relação aos anos anteriores, conforme indicado no Gráfico 2. O Norte obteve *superávits* de R\$ 6,0 bilhões em 2017, R\$ 12,6 bilhões em 2018 e R\$ 7,9 bilhões em 2019, tendo, contudo, apresentado *déficit* de R\$ 4,1 bilhões em 2020. O Nordeste intensificou progressivamente seu *déficit* no mesmo período, saltando de R\$ 140,6 bilhões em 2017 para R\$ 152,3 bilhões em 2018, R\$ 160,2 bilhões em 2019 e R\$ 220,7 bilhões em 2020.

O Centro-Oeste, a exemplo da Região Nordeste, tem apresentado sucessivos *déficits* em sua balança comercial no período analisado. Mas, diferentemente do Nordeste, essa região apresentou

melhora nos resultados em 2020, quando confrontado com o ano anterior, com redução do seu *déficit* para R\$ 45,0 bilhões em 2020, ante - R\$ 68,1 bilhões em 2019.

Por outro lado, o Sul obteve saldo comercial superior em 2020, ou seja R\$ 120,4 bilhões, em comparação com os três anos anteriores. O Sudeste também apresentou *superávits* crescentes no período de 2017 (R\$ 72,1 bilhões), 2018 (R\$ 110,4 bilhões), 2019 (R\$ 123,3 bilhões) e 2020 (R\$ 149,3 bilhões), conforme detalhado no Gráfico 2. Referidos resultados confirmam o maior dinamismo e diversificação econômica das duas mencionadas regiões.

Adicionalmente, os números apresentados indicam a forte dependência das economias do Norte, Nordeste e Centro-Oeste de bens e serviços produzidos no Sul e Sudeste. Verificou-se, ainda, que a retração econômica percebida no País em 2020 afetou de forma significativa as regiões de base produtiva mais frágil, com reflexos negativos no comércio por vias internas desses territórios.

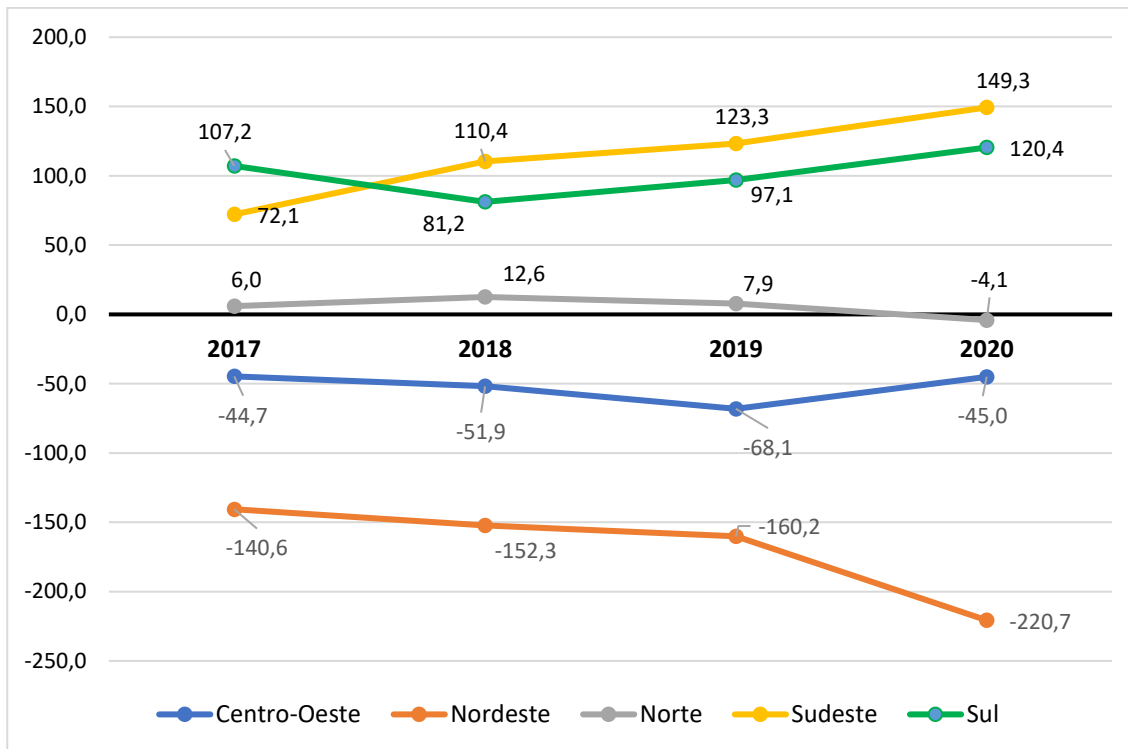
As vendas de bens e serviços dos 26 Estados e Distrito Federal totalizaram R\$ 15,8 trilhões a preços correntes no acumulado de 2017 a 2020. São Paulo (R\$ 4,5 trilhões), Minas Gerais (R\$ 1,6 trilhão), Paraná (R\$ 1,4 trilhão), Santa Catarina (R\$ 1,4 trilhão) e Rio de Janeiro (R\$ 1,2 trilhão) foram os cinco Estados com vendas que ultrapassaram o trilhão de reais no período em análise. Rio Grande do Sul (R\$ 908,1 bilhões) ficou em sexto. Em termos percentuais, o conjunto dessas unidades federativas respondeu por 69,1% do total das vendas do comércio interno do País realizadas nos anos analisados.

Vale ressaltar que São Paulo - com 28,6% das vendas e 24,0% das compras do País - superou o volume de comércio interno não somente dos demais Estados e do Distrito Federal, mas também das demais regiões, com exceção do Sudeste.

Um conjunto de cinco Estados obtiveram volume de vendas inferior a R\$ 900,0 bilhões, porém superior a R\$ 500,0 bilhões, no acumulado de 2017 a 2020: Goiás (R\$ 670,2 bilhões), Espírito Santo (R\$ 558,2 bilhões), Amazonas (R\$ 548,4 bilhões), Pernambuco (R\$ 544,6 bilhões) e Bahia (R\$ 513,1 bilhões). Em conjunto, referidas unidades federativas responderam por 17,8% do total das vendas do comércio interno do País nos anos analisados.

Gráfico 2 - Saldo da balança comercial interestadual por região, de 2017 a 2020

Valores em R\$ bilhões a preços correntes



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), 2017-2020.

Na sequência, apresentam-se oito Estados com vendas inferiores a R\$ 500,0 bilhões, mas que superaram R\$ 100,0 bilhões no acumulado de 2017 a 2020: Mato Grosso do Sul (R\$ 368,9 bilhões), Mato Grosso (R\$ 341,8 bilhões), Ceará (R\$ 206,3 bilhões), Pará (R\$ 201,3 bilhões), Maranhão (R\$ 159,8 bilhões), Distrito Federal (R\$ 191,2 bilhões), Rondônia (R\$ 122,8 bilhões) e Paraíba (R\$ 114,0 bilhões). Em conjunto, referidas unidades federativas representam 10,8% das vendas internas do País no período estudado.

Os Estados com menores volumes de vendas, oito no total, foram: Tocantins (R\$ 84,0 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 80,3 bilhões), Alagoas (R\$ 73,9 bilhões), Sergipe (R\$ 58,2 bilhões), Amapá (R\$ 15,3 bilhões), Piauí (R\$ 53,0 bilhões), Acre (R\$ 7,3 bilhões) e Roraima (R\$ 2,6 bilhões), cujas vendas ficaram abaixo dos R\$ 100 bilhões no acumulado de 2017 a 2020. Em conjunto, os mencionados Estados representaram 2,3% das vendas internas do País nos anos analisados.

As compras de bens e serviços, por sua vez, totalizaram R\$ 15,8 trilhões no acumulado de 2017 a 2020. Neste quesito, São Paulo (R\$ 3,8 trilhões), Minas Gerais (R\$ 1,6 trilhão), Rio de Janeiro (R\$ 1,5 trilhão), Paraná (R\$ 1,3 trilhão), Santa Catarina (R\$ 1,0 trilhão) e Rio Grande do Sul (R\$ 893,8 bilhões) representaram os seis estados com maiores volumes de compras, tendo respondido por 63,7% do total de aquisições das unidades federativas, no período analisado.

Um total de cinco Estados registraram compras de bens superiores a R\$ 400,0 bilhões, porém inferiores a R\$ 700,0 bilhões no acumulado de 2017 a 2020: Goiás (R\$ 664,4 bilhões), Bahia (R\$ 624,6 bilhões), Pernambuco (R\$ 539,6 bilhões), Espírito Santo (R\$ 525,5 bilhões) e Mato Grosso (R\$ 432,6 bilhões). Em conjunto, responderam por 17,5% do total das compras realizadas.

Seguem seis Estados com volume de compras superior a R\$ 200,0 bilhões e inferior a R\$ 400,0 bilhões no acumulado de 2017 a 2020, a saber: Distrito Federal (R\$ 373,9 bilhões), Ceará (R\$ 350,6 bilhões), Pará (R\$ 346,4 bilhões), Mato Grosso do Sul (R\$ 310,9 bilhões), Amazonas (R\$ 253,2 bilhões) e Maranhão (R\$ 244,5 bilhões). Em conjunto, responderam por 11,9% do total das compras realizadas.

Tem-se sete Estados com volume de compras superior a R\$ 100,0 bilhões e inferior a R\$ 200,0 bilhões no acumulado de 2017 a 2020: Paraíba (R\$ 187,7 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 161,8 bilhões), Piauí (R\$ 139,3 bilhões), Rondônia (R\$ 134,6 bilhões), Tocantins (R\$ 130,4 bilhões), Alagoas (R\$ 119,5 bilhões) e Sergipe (R\$ 109,2 bilhões). Em conjunto, responderam por 6,3% do total das compras realizadas.

Dentre os Estados com menores volumes de compras figuraram Amapá (R\$ 34,8 bilhões), Acre (R\$ 30,3 bilhões) e Roraima (R\$ 29,7 bilhões), tendo respondido por 0,6% das compras realizadas no período analisado.

No que tange ao balanço de compras e vendas, apenas nove estados obtiveram *superávit* no acumulado de 2017 a 2020, a saber: São Paulo (R\$ 726,7 bilhões), Santa Catarina (R\$ 312,1 bilhões), Amazonas (R\$ 295,2 bilhões), Paraná (R\$ 79,5 bilhões), Mato Grosso do Sul (R\$ 58,0 bilhões), Espírito Santo (R\$ 32,6 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 14,3 bilhões), Goiás (R\$ 5,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 4,9 bilhões).

Os menores *déficits* foram apresentados por Rondônia (R\$ 11,8 bilhões), Amapá (R\$ 19,5 bilhões), Acre (R\$ 22,9 bilhões) e Roraima (R\$ 27,1 bilhões). Seguiram Alagoas (R\$ 45,6 bilhões), Tocantins (R\$ 46,4 bilhões), Sergipe (R\$ 51,0 bilhões), Minas Gerais (R\$ 56,0 bilhões), Paraíba (R\$ 73,7 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 81,5 bilhões), Maranhão (R\$ 84,7 bilhões), Piauí (R\$ 86,4 bilhões) e Mato Grosso (R\$ 90,9 bilhões).

Enquanto as unidades federativas com os maiores *déficits* foram: Rio de Janeiro (R\$ 248,2 bilhões), Distrito Federal (R\$ 182,6 bilhões), Pará (R\$ 145,1 bilhões), Ceará (R\$ 144,3 bilhões) e Bahia (R\$ 111,5 bilhões).

Vale destacar que a Região Sul foi a única a apresentar *superávit* por todos os estados que a compõem. Ênfase para Santa Catarina, com saldo positivo de R\$ 312,1 bilhões, no acumulado 2017-

2020, resultado da sua indústria e setor de serviços diversificados além de moderno setor agropecuário.

As participações percentuais das vendas e compras das regiões no total nacional estão correlacionadas com a relevância desses territórios no PIB nacional, conforme especificado na Tabela 7. Cabe destacar que as participações das vendas e compras do comércio interno do Norte, Centro-Oeste e Sul superaram ou igualaram as respectivas participações do PIB dessas Regiões. No Sudeste, as participações das vendas e compras foram inferiores em relação à participação do seu PIB, enquanto no Nordeste, a participação das compras foi superior à do seu PIB.

Por sua vez, a importância das vendas, compras e PIB superaram as participações das populações no Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Nas regiões Norte e Nordeste, a relevância das vendas, compras e PIB foram inferiores em comparação com as participações das respectivas populações. Registre-se que o maior hiato ocorre no Nordeste, o que denota menor geração de riqueza *per capita*.

Tabela 7 - Participação das Regiões no PIB, População, Vendas Internas e Compras Internas <sup>(1)</sup>

<b>Brasil e Região</b>	<b>PIB (%)</b>	<b>População (%)</b>	<b>Vendas (%)</b>	<b>Compras (%)</b>
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,7	8,8	6,2	6,1
Nordeste	14,2	27,2	11,4	15,6
Centro-Oeste	9,9	7,8	9,9	11,3
Sudeste	53,0	42,1	49,5	46,7
Sul	17,2	14,3	22,9	20,4

Fontes: IBGE e Confaz. Nota: (1) Participação do PIB e População em 2019 em relação ao total do Brasil. Participação das vendas e compras das regiões em relação ao total do País no acumulado de 2017 a 2020.

## 5 COMÉRCIO INTERESTADUAL DO NORDESTE

Quando se analisa a origem e o destino do comércio inter-regional do Brasil, percebe-se que os maiores intercâmbios comerciais ocorreram entre os estados do Sudeste, entre o Sudeste e o Sul e entre os estados do Sul, conforme detalhado na Tabela 8.

Além disso, à exceção da Região Nordeste – que vende majoritariamente na própria Região, as demais possuem como principal destino de suas vendas a Região Sudeste, maior consumidora dos itens produzidos no País (Tabela 8). O Sudeste é destino das vendas de 50,3% do Norte; 48,8% do Sul; 47,4% do Centro-Oeste; e 33,2% do Nordeste. Além disso, 48,2% do que é comercializado pelo Sudeste fica na própria Região.

Cabe mencionar que, considerando-se as desigualdades na geração de riquezas entre as regiões, o Nordeste se apresenta deficitário com todas as demais macrorregiões. Enquanto o *déficit* com o Norte foi de R\$ 2,5 bilhões, no Centro-Oeste atingiu R\$ 49,4 bilhões, no Sul alcançou R\$

171,2 bilhões e no Sudeste foi de R\$ 450,7 bilhões no período estudado. Essa situação denota que a matriz produtiva da Região Nordeste se apresenta com menores valores agregados e de maior interesse na própria Região.

Por outro lado, a Região Sul apresentou *superávit* comercial com as demais regiões do País: com o Sudeste, R\$ 156,7 bilhões; com o Norte, R\$ 171,2 bilhões; com o Centro-Oeste R\$ 60,3 bilhões; e com o Norte R\$ 16, bilhões. Isso demonstra a solidez econômica dessa região em seus distintos setores, desde o agronegócio, passando pela indústria e serviços.

O Sudeste, mesmo apresentando os maiores volumes de comércio entre as regiões, ainda se apresentou deficitário em relação ao comércio com as Regiões Norte (R\$ 86,7 bilhões) e Sul, (R\$ 156,7 bilhões). Por sua vez, registrou *superávit* em comparação com o Nordeste (R\$ 450,7 bilhões) e Centro-Oeste (R\$ 248,5 bilhões).

O Norte registrou *superávit* com o Sudeste (R\$ 87,3 bilhões e Nordeste (R\$ 2,5 bilhões) tendo apresentado *déficits* com o Centro-Oeste (R\$ 50,8 bilhões) e Sul (R\$ 16,6 bilhões), no acumulado de 2017 a 2020, .

O Centro-Oeste obteve *superávits* em relação ao Norte (R\$ 50,8 bilhões) e Nordeste (R\$ 49,4 bilhões), embora deficitário com o Sudeste (R\$ 248,5 bilhões) e Sul (R\$ 61,3 bilhões).

Tabela 8 - Matriz do comércio inter-regional do Brasil, acumulado de 2017 a 2020, R\$ bilhões

Regiões		COMPRAS					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
VENDAS	Centro-Oeste	243,7	140,5	137,7	745,1	305,2	<b>1.572,1</b>
	Nordeste	91,1	816,3	161,6	599,1	135,0	<b>1.803,2</b>
	Norte	86,9	164,1	135,9	493,6	101,4	<b>981,8</b>
	Sudeste	993,6	1.049,8	406,3	3.780,1	1.615,7	<b>7.845,5</b>
	Sul	366,5	306,2	118,0	1.772,4	1.068,9	<b>3.632,0</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>1.781,8</b>	<b>2.476,9</b>	<b>959,5</b>	<b>7.390,3</b>	<b>3.226,1</b>	<b>15.834,7</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), 2017-2020. Nota: (1) Valores a preços correntes.

O conjunto das análises aqui realizadas mostra que permanece a concentração produtiva em um pequeno número de estados brasileiros, especificamente nas unidades federativas pertencentes às regiões Sudeste e Sul, destacando-se o Centro-Oeste como território emergente. Vale registrar, ainda, que somente nove estados registraram *superávit* em suas respectivas balanças de comércio no período analisado: os três estados do Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul); dois estados do Sudeste (São Paulo e Espírito Santo); dois do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás); um do Norte (Amazonas); e um do Nordeste (Pernambuco).



Desse modo, a maioria dos estados brasileiros é dependente de compras de outras unidades federativas, revelando a necessidade de fortalecer as políticas regionais de desenvolvimento, bem como as cadeias produtivas locais.

É importante ressaltar que, além da concentração produtiva, o sistema financeiro nacional tem contribuído para drenar poupança das regiões de menor desenvolvimento econômico para aquelas mais desenvolvidas. Os bancos de desenvolvimento regionais, a exemplo do Banco do Nordeste, seguiram cumprindo papéis de alocar recursos para suas respectivas áreas de atuação, conforme demonstrado por Alves (2011).

Complementarmente, Almeida e Valente Junior (2019) analisaram as transferências de recursos financeiros para a Região Nordeste, bem como avaliaram o crescimento das contratações de empréstimos em níveis nacional e regional. Destacaram a importância das instituições financeiras públicas, particularmente o Banco do Nordeste, como alavancadores de empréstimos e financiamentos na Região Nordeste. O artigo detalhou o comportamento das entradas e saídas de recursos para o Nordeste no período de 2007 a 2018, enfocando a relação depósito e operações de créditos. Apesar do papel desempenhado pelo Banco do Nordeste, os resultados da análise apresentaram perdas de recursos financeiros que o Nordeste vem sofrendo, em detrimento das regiões mais desenvolvidas do País. Referidas perdas ocorrem em função do papel desempenhado pelos grandes conglomerados financeiros nacionais, particularmente os bancos privados.

Além disso, conforme destacado por Oliveira (2010), além de Rebouças e Viana (2017), o peso do setor público é menor no Nordeste em comparação com o restante do Brasil. Quando se leva em conta a administração pública em nível federal, verifica-se que os gastos totais da União, como proporção do PIB, são menores no Nordeste em comparação com o conjunto do País.

O Estado tem alocado recursos para as regiões de menor desenvolvimento econômico, embora os referidos recursos públicos sejam direcionados preferencialmente para as regiões de maior desenvolvimento econômico. Além disso, a concentração produtiva gera perdas para as regiões de menor desenvolvimento através do comércio interno e da consequente transferência de ICMS para os estados produtores. Adicionalmente, a atuação de parte do sistema financeiro nacional transfere poupança das regiões menos desenvolvidas para aquelas de maior desenvolvimento econômico.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo analisou as relações comerciais interestaduais brasileiras no período de 2017 a 2020, de modo a apresentar um panorama sobre o comércio interno nacional e regional nos últimos anos. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica e levantamento de estatísticas nas bases de dados do IBGE e do CONFAZ.

A literatura especializada mostra que a distância contribui para reduzir as trocas comerciais, enquanto a proximidade tende a aumentar o comércio. Por sua vez, uma rede de transportes mais eficiente, que reduz os custos logísticos, aliada à maior parceria comercial entre os mercados e os fornecedores pode incentivar as relações comerciais entre as regiões.

O comércio interno é um dos componentes de impulso ao crescimento e ao desenvolvimento de países e regiões. Em geral, áreas mais prósperas tendem a ser beneficiadas nos intercâmbios comerciais.

No caso do Brasil, o perfil econômico, caracterizado pelos ciclos de exportação, somado à frágil infraestrutura interna de transportes, intensificou as assimetrias entre os Estados. Destacaram-se aqueles que possuíam maior produção dos itens exportáveis, a exemplo do açúcar, café, ouro, grãos, carnes e minérios dentre outros produtos. Somente a partir da década de 1950, com maior mobilização de investimentos nas áreas de infraestrutura e, principalmente, na ampliação da malha rodoviária, o fluxo de comércio interestadual se intensificou (GALVÃO, 1999).

Referidos investimentos promoveram uma nova configuração espacial no território brasileiro, com ampliação e melhoria dos fluxos comerciais internos, desencadearam o processo de industrialização e o desenvolvimento do sistema de telecomunicações. Isso viabilizou maior nível de competição às empresas, oportunidades adicionais de investimentos e novos mercados em outras regiões do País. No entanto, devido à forte concentração da economia nacional no eixo Sudeste-Sul, as disparidades comerciais entre as regiões continuam a perdurar (DINIZ, 2001).

Considerando-se o período estudado, o Sudeste respondeu por aproximadamente metade das vendas (49,5%) e compras (46,7%) entre as unidades federativas do País. São Paulo aparece como carro-chefe desse processo, com 28,6% das compras nacionais e 24,0% das vendas. Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também se destacaram no comércio interestadual.

Tais números reforçam a forte concentração econômica entre as unidades federativas nacionais, representada pelos estados das Regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, as unidades federativas do Norte e Nordeste registraram números inferiores relativos ao comércio interestadual, o que denota a necessidade de fortalecer a estrutura produtiva dessas Regiões. Persiste a dependência de insumos, produtos acabados e serviços das economias de maior desenvolvimento econômico.

O Centro-Oeste, por sua vez, vem despontando como espaço emergente no território brasileiro. O deslocamento da capital federal do País para Brasília e o crescimento do agronegócio contribuíram para a referida transformação.

O Sul se destaca por ter uma economia mais dinâmica e diversificada, e com maior equilíbrio entre os estados pertencentes a essa Região. A forma como a sociedade se estruturou e se desenvolveu nessa região, bem como a proximidade com São Paulo, proporcionaram ao Sul a oportunidade de expandir a economia, ampliando e diversificando a base produtiva.

Importante destacar que o setor industrial é de relevante importância para o desenvolvimento econômico. De acordo com Oreiro e Feijó (2010), a indústria é fonte geradora de retornos crescentes e difusora de progresso técnico que se espalha pela economia, reduzindo as restrições ao crescimento de longo prazo.

Ao longo do século XX a industrialização do Brasil se expandiu em diferentes cadeias produtivas, a exemplo da produção de alimentos, bebidas, papel e celulose, calçados, vestuário, plásticos, metais, produtos de higiene, limpeza, cosméticos e químicos, medicamentos, equipamentos mecânicos, elétricos, eletrônicos e de informática, veículos, embarcações, aeronaves e máquinas, dentre outros.

Contudo, percebe-se no Brasil, no século XXI, um processo de mudança estrutural na organização produtiva, cabendo destacar a perda de relevância da indústria no conjunto das atividades econômicas. Paralelamente, tem se verificado entraves para a renovação produtiva e industrial, a partir do surgimento do chamado “paradigma microeletrônico”, cujos alicerces são o conhecimento, a inovação e as tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Considerando-se um processo de desindustrialização, tem-se verificado expansão das atividades agro-minerais exportáveis com frágeis efeitos propulsores intersetoriais e inter-regionais. Estes fatores contribuem para que o País permaneça na “armadilha” da renda média, encontre dificuldades para a geração de postos de trabalho formais e aumento do valor agregado nacional. Referido processo produz enfraquecimento do mercado interno construído entre as décadas de 1930-1980 (MONTEIRO NETO, MACEDO E SILVA, 2022).

Registre-se que as regiões brasileiras são negativamente afetadas considerando-se o cenário regressivo nacional e tendo em vista as especificidades e maturidades produtivas locais. A economia do Nordeste registrou performance econômica positiva nas últimas duas décadas, tendo apresentado expansão de atividades agroexportáveis e do setor de serviços. Ou seja, atividades que em geral são caracterizadas por menor impulso dinâmico setorial e inter-regional. Especificamente, a agropecuária e os serviços, apresentaram maior expansão em comparação com atividades cujos efeitos para frente e para trás são mais expressivos, no caso a indústria.

Neste sentido, vale ainda estruturar políticas públicas nacionais e regionais que busquem minimizar essas desigualdades e fortalecer a economia nacional, de forma a apresentar um crescimento mais equilibrado entre as regiões. Os recursos oriundos dos fundos constitucionais e a atuação dos bancos de desenvolvimento são fundamentais neste processo de fortalecimento regional, tendo em vista as diferentes participações das classes sociais ou regiões na renda nacional, considerando as disparidades dos indicadores econômicos e sociais e de infraestruturas básicas, o que interfere diretamente na distribuição da riqueza nacional.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. C. **O desenvolvimento social do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.
- ALMEIDA, F.M.; SILVA, O. M. Comércio e integração dos estados brasileiros. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v.5, n. 4, p. 487-499. 2007.
- BACELAR, T. de A.; NETO, L. G. **Nordeste 2022 – Estudos prospectivos – Documento síntese**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.
- BARROS, R. de P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise de queda recente**. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2022.
- DINIZ, C.C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. (Texto para Discussão N° 159).
- CASTRO *et al.* Custos de transporte e a estrutura espacial do comércio interestadual brasileiro. **Revista Pesquisa e planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3., p.347-400. 1999. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/181/116>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. **Balança comercial interestadual do Brasil**. Brasília: Confaz, 2022. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/balanca-comercial-interestadua>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. 39p. (Texto para discussão, 375).
- EVANGELISTA, F.R.; VIDAL, A.R. DE N.; VALENTE JUNIOR, A. S.; LOPES, P. A. A. **Perfil Socioeconômico do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.
- GALVÃO, O. J. de A. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil. Encontro Nacional de Economia, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte/MG: ANPEC, 1993.
- GALVÃO, O. J. de A. Comércio Interestadual por Vias Internas e Integração Regional no Brasil: 1943-69. **RBE**, Rio de Janeiro v. 53, n. 4, p. 523-558. Out-Dez. 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

- LOURENÇO, A. L. C; SANTOS, J. O. Desenvolvimento Regional e Complementaridade entre as Regiões: uma análise da matriz de comércio interestadual brasileira nos anos de 2008 e 2011. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 25, Ed. especial, p. 2274-2301, 2020.
- MAGALHÃES, A. S.; DOMINGUES, E. P. Relações interestaduais e intersetoriais de comércio no Brasil. Uma análise gravitacional e regional. In: XXXV Encontro Nacional de Economia, Recife. **Anais...** ANPEC. 2007.
- NASSER, B. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 145-178, dez. 2000.
- PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E. A.; DOMINGUES, E. P. Interdependence among the Brazilian States: an Input-Output approach. In: Encontro Nacional de Economia, 34, 2006, Salvador (BA). **Anais...** São Paulo: ANPEC, 2006.
- PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E.A.; DA MOTTA, G.P. e FARINAZZO, R.A. Estrutura de comércio inter-regional no Brasil: uma análise espacial de insumo produto para o período 1996 e 2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, Salvador (BA). **Anais...** São Paulo: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807171627000-.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2022.
- VASCONCELOS, J. R.; OLIVEIRA, A. M. **Análise da matriz por atividade econômica do comércio interestadual no Brasil – 1999**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, 1159).
- VIDAL, A. R. DE N.; MARTINS, A.D. DE O.; DE ALMEIDA, M. P. SANTOS, R. H. S. **Balança comercial inter-regional do Nordeste – 2020**. Informe ETENE, ano VI, n. 17. 2021. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1000/1/2021\\_INET\\_17.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1000/1/2021_INET_17.pdf) Acesso em: 05 maio 2022.